



CURSO DE AGRICULTOR FAMILIAR PARA COMUNIDADE INDÍGENA DO ALTO RIO NEGRO, DESENVOLVIDO PELO PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO/ PRONATEC

Family Farmer Course for the upper Rio Negro Indigenous Community, developed by the national Program for Access to Technical Education and Employment / PRONATEC

Claudiane de Menezes Ramos, uclaudiane@gmail.com¹

Bruno Vinícius Castro Guimarães, bvinicius20@yahoo.com.br²

Ana Maria Alves Abreu, anamariasgc@yahoo.com.br³

Elias Brasilino de Souza, sailebras@yahoo.com.br⁴

Resumo: A agricultura familiar é um segmento altamente estratégico, responsável pela produção de grande parte dos produtos agropecuários e de matérias-primas no país. A função de preservação ambiental também tem sido atribuída à agricultura familiar, pois a sua relação com os recursos naturais é considerada positiva, no que diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar. A região do Alto Rio Negro é uma das mais pobres do Estado do Amazonas em termos de fertilidade de solo e fertilidade das águas dos rios. As comunidades indígenas dessa região sobrevivem basicamente da produção e extrativismo para autoconsumo como: caça, pesca, plantio e coleta de roças itinerantes, tendo como principal atividade, o plantio da mandioca. Nesse contexto, foi desenvolvido na Comunidade Indígena Balaio, o Curso de Agricultor Familiar o qual foi o primeiro curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) aplicado em uma Comunidade Indígena no Alto Rio Negro. Dessa forma, esse curso buscou apoiar e incentivar os agricultores indígenas na região, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento voltado para a sustentabilidade. Por meio do curso, foi mostrada também a importância e necessidade de criar um processo de organização para que se trabalhe com os recursos e produtos disponíveis na região, valorizando os alimentos e hábitos alimentares locais e, conseqüentemente, garantindo a segurança e soberania alimentar das famílias agricultoras.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Agricultura Familiar. Soberania Alimentar.

Abstract: Family farming is a strategic sector, being responsible for the production of most agricultural products and raw materials in the country. Family farming is responsible for environmental preservation, as its relationship with natural resources is positive due to its ability to live in harmony with natural ecosystems, perceived as a family patrimony. The Upper Rio Negro is one of the poorest areas in Amazonas state in terms of soil fertility and river water fertility. The indigenous communities in this region survive from subsistence production such as hunting, fishing, gathering and planting in shifting fields, such as the cassava production. In this context, we have developed an Agriculture Course in the Balaio indigenous community, which was the first course on Initial and Continuing Education (FIC) from the National Program for Access to Technical Education and Employment (PRONATEC) applied to an Indigenous Community in the Upper Rio Negro River. With this course, we have aimed to support and encourage indigenous farmers in the region to enhance the development towards sustainability. It also sought to show the importance and necessity of creating an organization process in order to work with what we have available in the region, emphasizing local foods and eating habits and consequently assuring the farmer families their alimentary sovereignty.

Keywords: Sustainability. Family Agriculture. Alimentary Sovereignty.

1 Bióloga - UNIGRANRIO, Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural – UFSCAR.

2 Engenheiro Agrônomo - UESB, Mestre em Produção Vegetal - UNIMONTES, IFAM/CSGC.

3 Fisioterapeuta - UESB, Especialização em andamento em Agronegócio – ESALQ/USP.

4 Filosofia - UFB, Mestre em Sociedade e Cultura da Amazônia – UFAM, IFAM/CSGC.



INTRODUÇÃO

A agricultura familiar se constitui num segmento altamente estratégico para o sistema produtivo, sendo responsável pela produção de grande parte dos produtos agropecuários e matérias-primas inerentes aos recursos naturais em todo o país. Segundo dados do

Ministério do Desenvolvimento Agrário, no plano de safra 2014/2015, a agricultura familiar é responsável por 70% da produção de alimentos no Brasil, representando 10% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e 75% da mão de obra trabalhadora no campo.

A importância da agricultura familiar também é reconhecida pela sociedade que tem se conscientizado cada vez mais de que a alimentação é um direito humano; além do que a estabilidade mundial depende da capacidade de produção e distribuição de alimentos para uma população que já ultrapassa sete bilhões de pessoas (BERGAMASCO, 2011).

Para definição do termo agricultura familiar no Brasil, deve-se levar em consideração a Lei 11.326 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Para o efeito dessa lei, em seu artigo 3º, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural:

[...] aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I. – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II. – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III. – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.” (BRASIL, 2006).

A função de conservação ambiental também tem sido atribuída à agricultura familiar, pois a sua relação com os recursos naturais é considerada positiva, no que diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, considerados como um patrimônio familiar. A não ser em algumas situações de risco, como em determinadas localidades do país, a escassez de terra, decorrente da frequente reprodução das famílias. Nesses casos, segundo Soares (2000), a lógica de sobrevivência empurra o agricultor para exaurir aquele ambiente.

A agricultura familiar no Alto Rio Negro é voltada para “subsistência”. Em alguns casos específicos, ocorre a venda dos produtos excedentes, pois primeiramente asseguram o bem-estar da família e depois asseguram o lucro. Habitualmente, os povos indígenas do Alto Rio Negro abrem roças de pequenas dimensões e espacialmente dispersas cujos espaços são utilizados de forma rotativa e por tempo limitado. Depois de dois ou três ciclos, o solo começa a exaurir e são deixados em pousios para que a floresta se recomponha sozinha.

A atividade agrícola no Alto Rio Negro garante a maior parte da dieta alimentar cuja alimentação está baseada nos derivados de mandioca-brava (*Manihot esculenta* Crantz). Podemos perceber que a agricultura familiar nessa região é caracterizada por uma riqueza de saberes e diversidades sobre as plantas, favorecendo a segurança alimentar e autonomia das famílias nas próprias comunidades. Sendo assim, percebe-se que a agricultura familiar no Alto Rio Negro possui e apresenta os princípios agroecológicos que coincidem com as características do modelo agroecológico difundido em todo território nacional (Ilustrações 1 a 3).



Ilustração 1: manejo da mandioca brava (*Manihot esculenta* Crantz)

Fonte: Claudiane Menezes, 2013.



Ilustração 2: manejo do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.)

Fonte: Claudiane Menezes, 2013.



Ilustração 3: manejo das variedades de mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.)

Fonte: Claudiane Menezes, 2013.

METODOLOGIA

O Município de São Gabriel da Cachoeira localiza-se no extremo noroeste do Amazonas, mais especificamente na bacia do Alto Rio Negro, no interior da maior floresta tropical do planeta. É considerado o terceiro maior município do país em extensão territorial com 109.183 Km² correspondentes a 7,18% da área total do Estado, dos quais mais de 89,3% são terras indígenas demarcadas e regularizadas (IBGE, 2010).

A região do Alto Rio Negro é uma das mais pobres do Estado do Amazonas em termos de fertilidade de solo e fertilidade das águas dos rios. As comunidades indígenas dessa região sobrevivem basicamente da produção de “subsistência” como caça, pesca, plantio e coleta de roças itinerantes, como o plantio de mandioca.

A Terra Indígena (TI) Balaio está localizada em região subordinada à Administração Executiva da FUNAI Regional de São

Gabriel da Cachoeira/AERSGC/AM. Nessa TI vivem cerca de 400 pessoas que pertencem aos grupos indígenas: Tukano, Yepamashã, Dessana, Kubeo, Piratapuya, Tuyuka, Baniwa, Baré, Hupda, Kuripako e Tariano. As principais comunidades são Balaio, Rodrigo Sibebe, São José, Iá-Mirim, Sozinho, Tukano, Parintins, Poranga e Miuá.

A comunidade de Balaio fica localizada a 100 km da cidade sede do município e seu acesso ocorre através de uma estrada de terra que faz parte da BR 307. No trecho de São Gabriel da Cachoeira, esta estrada está implantada, porém não possui infraestrutura e sinalização. Esse trecho da BR 307 foi projetado durante a ditadura militar e nunca foi concluído, dificultando assim o acesso à cidade, bem como o escoamento e a circulação dos produtos produzidos pelos agricultores

familiares da Comunidade Balaio.

Nesse contexto, foi desenvolvido o Curso Agricultor Familiar na Comunidade do Balaio, o qual foi o primeiro curso de



Formação Inicial e Continuada (FIC) do Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) aplicado em uma Comunidade Indígena no Alto Rio Negro. A demanda desse curso surgiu a partir de um Diagnóstico Rural Participativo (DRP), realizado através da parceria entre Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

A metodologia pedagógica do curso foi baseada na pedagogia da alternância, garantindo que os indígenas intercalassem o tempo de estudo/aula com as atividades diárias que desenvolvem na comunidade, somadas a outras práticas propostas em aula. Outra característica importante do curso foi a exigência de que os professores considerassem a Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), instituída pelo Decreto 7.747/2012 e pelas informações levantadas no DRP. Diante disso, o conteúdo das disciplinas abarcou a realidade indígena e a legislação vigente, valorizando os conhecimentos tradicionais construídos pela comunidade e suas demandas, constituindo um curso mais contextualizado à realidade indígena.

A matriz curricular do curso foi composta pelas disciplinas: Introdução à Agroecologia, Horticultura, Culturas Anuais, Fruticultura, Beneficiamento e Processamento de Produtos de origem vegetal e animal, Piscicultura, Avicultura, Associativismo e Cooperativismo, Sustentabilidade da Produção, Elaboração de Projetos e Ética e Profissionalismo. Foram ministradas 2 (duas) disciplinas por semana, com a carga horária de 20h cada, de acordo com a disponibilidade dos professores.

As aulas teóricas ocorreram no período noturno de 18 às 22 horas, na Escola Municipal Dom Pedro, localizada no centro da comunidade Balaio. As aulas práticas ocorreram no período matutino de 7:30 às 11:30 h, em diversos espaços, como na roça, próximo à escola e no centro cultural da comunidade. Os estudantes foram avaliados de forma sistematizada, ou seja, por meio de avaliações práticas em grupo ou individuais. Também foi avaliada a participação individual através de observações em sala de aula e em aulas práticas. Todas as avaliações tiveram um enfoque prático e com aplicabilidade direta para a realidade local. (Figuras 4 a 8).



Ilustração 4: canteiro de chicória (*Cichorium* sp.) adubado com resíduos orgânicos.
Fonte: Claudiane Menezes, 2013.



Ilustração 5: alunos transplantando cebolinha verde (*Allium fistulosum* L.).
Fonte: Claudiane Menezes, 2013.



Ilustração 6: Viveiro com sementes tradicionais. Fonte: Claudiane Menezes, 2013.



Ilustração 7: alunos preparando os canteiros. Fonte: Claudiane Menezes, 2013.



Ilustração 8: canteiros prontos. Fonte: Claudiane Menezes, 2013.

O principal objetivo do curso Agricultor Familiar no Balaio foi capacitar os moradores das comunidades indígenas na tentativa de aumentar e diversificar a produção de alimentos e manter as pessoas na comunidade. Essa capacitação pode elevar a produção de hortigranjeiros e a criação de animais de pequeno porte, produzindo alimentos em quantidade e qualidade necessários à manutenção da vida na comunidade.

O DRP possibilitou compreender os problemas enfrentados pela comunidade e seus anseios relacionados à agricultura familiar, como também permitiu verificar as potencialidades, limitações e demandas apresentadas. Desta forma, foi possível definir eixos norteadores para que fosse possível criar um curso de agricultura familiar contextualizado à realidade indígena, tendo como premissa as bases agroecológicas.

Desta maneira, os grupos indígenas que vivem nessa região poderiam adquirir a autonomia para o desenvolvimento rural, o resgate das culturas e tradições agrícolas, a soberania alimentar; a ruptura das dependências externas à comunidade e o aproveitamento dos recursos endógenos.

Em uma abordagem sobre o consumo consciente, na disciplina de Introdução à Agroecologia, os estudantes ficaram perplexos e impressionados com a mudança de hábitos alimentares na comunidade que pode prejudicar a saúde. Nesse aspecto, denotaram a importância de resgatar os hábitos alimentares tradicionais, valorizando os alimentos, melhorando as técnicas de plantio com o uso dos próprios insumos locais.

Através das aulas práticas, foi possível observar que os alunos sabiam produzir, porém faltava incorporar ao conhecimento tradicional as técnicas de manejo da Agroecologia, utilizando os próprios recursos naturais para aprimorar e aumentar a produção.



A maioria das aulas foi voltada para a realidade local, uma vez que ocorriam em ambientes naturais e com interação direta com a natureza, proporcionando assim uma maior compreensão e associação dos conteúdos práticos e teóricos.

Os agricultores indígenas da Terra do Balaio enfrentam inúmeros e significativos desafios, situação que condiciona a desmotivação para essa atividade. Em decorrência da desmotivação para a agricultura, há um aumento no consumo de alimentos industrializados, sendo a produção agrícola cada vez menor e individualizada, somente para o consumo familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O curso Agricultor Familiar do PRONATEC buscou apoiar e incentivar os agricultores indígenas na região, com o objetivo de potencializar o desenvolvimento voltado para a sustentabilidade. Esse curso mostrou também a importância e a necessidade de criar um processo de organização para que se trabalhe com os produtos disponíveis na região, valorizando os alimentos e hábitos alimentares locais e, conseqüentemente, garantindo a segurança alimentar das famílias agricultoras.

Os povos indígenas contribuem para a manutenção da diversidade das espécies, do ecossistema e desempenham importante papel na conservação do bioma da Amazônia. Diante disso, o curso Agricultor Familiar buscou mecanismos e alternativas para promover a produção sustentável de alimentos, de acordo com os recursos naturais disponíveis na comunidade indígena Balaio.

REFERÊNCIAS

BERGAMASCO, Sônia Maria. *Importância da Agricultura Familiar*. Campinas: UNICAMP, 2011 (Comunicação Oral na V Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais)

BRASIL. Decreto-lei nº11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Diário Oficial da União. Brasília, 2006.

BRASIL. Decreto 7.747/2012. Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Censo Agropecuário 2014*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/>> Acesso em: setembro de 2015.

SOARES, Adriano Campolina. A Multifuncionalidade da Agricultura Familiar. *Revista Proposta*, Rio de Janeiro, ano 29, n. 87, p. 40-49. dez/fev. 2000/2001.